



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho

O SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESAS: Reflexões sobre o trabalho profissional de assistentes sociais da CEMIG

VIVIANE ARCANJO DE OLIVEIRA ¹
MARIA JOSE DE OLIVEIRA LIMA ²

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o trabalho profissional de Assistentes Sociais na Companhia Energética de Minas Gerais S/A- CEMIG. Teve como objetivo principal compreender o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais nessa empresa até os anos de 1990. Para alcançar o objetivo buscou-se apreender a história da eletricidade no Brasil, no estado de Minas Gerais e, por fim, do Serviço Social da CEMIG. Utilizou-se como metodologia o estudo bibliográfico sobre o Serviço Social em empresas e finalizando utilizou-se das entrevistas com assistentes sociais aposentadas que apresentaram um resgate histórico sobre suas experiências profissionais para contribuir para novos estudos.

Palavras-chave: Serviço Social em empresa; Serviço Social na CEMIG; trabalho de assistentes sociais.

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objeto de estudio el trabajo profesional de los Trabajadores Sociales de la Companhia Energética de Minas Gerais S/A- CEMIG, tuvo como objetivo principal comprender el trabajo profesional desarrollado por los trabajadores sociales en esta empresa hasta la década de 1990. Se buscó comprender la historia de la electricidad en Brasil, en el estado de Minas Gerais y, finalmente, del Servicio Social de CEMIG. Se utilizó como metodología el estudio bibliográfico sobre el Trabajo Social en las empresas y, finalmente, se utilizaron entrevistas a trabajadores sociales jubilados que presentaron una revisión histórica de sus experiencias profesionales para contribuir a nuevos estudios.

Keywords: Trabajo Social en una empresa; Servicio Social en CEMIG; trabajo de los trabajadores sociales.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o trabalho profissional de Assistentes Sociais na Companhia Energética de Minas Gerais S/A- CEMIG, empresa de produção, comercialização e manutenção na área de energia elétrica no estado de Minas Gerais, e para tanto foi necessário compreender o período histórico da criação da empresa e a partir disso, conhecer a história da inserção do Serviço Social nesta instituição.

A escolha pelo objeto de estudo em pauta, “Serviço Social em empresas de energia elétrica”, teve como motivação algumas indagações por parte da pesquisadora quanto período de criação do setor de Serviço Social nessa empresa? Qual público atendido? Quais as demandas e atribuições a empresa solicitava ao Serviço Social? Entre outros.

A empresa, como os demais campos sociocupacionais do Serviço Social, apresenta grandes desafios para os (as) assistentes sociais, uma vez que consistem em espaços de

contradições e complexidades inerentes a relação capital e trabalho. Mesmo nessa situação, o Serviço Social tem possibilidades de intervenção, assumindo espaços estratégicos junto à direção empresarial como também, junto às lutas por direitos sociais dos trabalhadores ali presentes.

O período que marca o início do Serviço Social na CEMIG, década de 1960 e 1970, está inserido em um contexto em que grande parte do mundo, passava por significativas mudanças que impactariam as economias dos países de maneira global, pois o conhecido capital “regulado” começava a perder força; as dívidas públicas e privadas aumentavam; a falta de controle da alta dos preços; o desemprego em grande escala e questionamentos por parte das elites político-econômicos sobre a atuação do Estado quanto à proteção social. Todos esses elementos contribuíram com o que foi proposto mais adiante pelos neoliberais no final dos anos de 1970 que, por sua vez, apresentam consequências até os dias atuais (TAVARES, 2009).

Portanto, assim como as demais instituições corporativas presentes no Brasil, a CEMIG não foge à lógica capitalista, sendo esse um dos motivos para a presença de assistentes sociais em seus quadros de profissionais, uma vez que, esses (as) são chamados (as) a dar respostas às expressões da questão social originadas pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho.

Conhecer este espaço de intervenção, o Serviço Social na empresa, se faz necessário visando contribuir com a produção do conhecimento, com a formação profissional e também com o fortalecimento das (os) assistentes sociais nas empresas.

1 UM PAÍS DE NOVAS TECNOLOGIAS: A ELETRICIDADE CHEGA AO BRASIL

1.1 Trajetória histórica do desenvolvimento das empresas de energia elétrica no Brasil

Os marcos históricos da criação e instalação das grandes empresas de energia no Brasil estão presentes no século XIX, marcado pelos avanços das ciências naturais incentivado pelas demandas industriais da época, além da confluência dos grandes capitalistas em

busca de um controle das produções e desse modo, já nos últimos 30 anos do “seculo XIX dois processos se fazem notáveis: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos” (NETTO,BRAZ, 2009 p.176).

O mundo vivenciava uma fase em que o capital financeiro assumiu a postura determinante sendo este estágio conhecido como imperialismo³, e um número reduzido de capitalistas bancários e industriais detiveram o poder de direcionar setores estratégicos do país como a economia e a política.

O Brasil, influenciado por este movimento imperialista, inicia sua experiência de utilização da Energia durante o período compreendido entre os anos de 1880 – 1930, período marcado pelo crescimento da especulação financeira por parte dos grandes detentores do capital industrial e bancário que já estendiam suas dominações para diversas regiões do mundo. Desse modo, pode inferir que o país teve seu desenvolvimento do setor elétrico paralelamente à ampliação do desenvolvimento industrial e da urbanização nacional.

Em Minas Gerais, devido às precárias condições das usinas, as constantes faltas de energia e os impactos destes problemas para a ampliação industrial no Estado, o governo mineiro iniciou a construção da Usina de Gafanhoto com o objetivo de abastecer a cidade industrial do município de Contagem, garantindo a energia necessária para a industrialização da região.

Após sete anos de apresentação do projeto de criação da empresa *holding* do governo federal do Brasil, a mesma foi criada em 1961 sob a Lei 3.890-A, tendo sua implantação realizada em 11 de junho de 1962. Logo, toda a administração e controle das empresas elétricas controladas pelo governo federal passaram à responsabilidade da Eletrobrás.

Com a concepção da Eletrobrás, a história da eletricidade brasileira ganha nova configuração. Nos anos seguintes a 1964, o setor elétrico recebeu apoio integral do regime militar instaurado. O referido apoio deu-se de maneira política e econômica conforme Gomes e Vieira (2009, p.14) que ressaltam que “devido à disponibilidade de recursos financeiros externos, o regime militar ampliou a participação do Estado, por meio de empresas estatais, que se tornaram instrumentos do governo para o desenvolvimento

³O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN *apud* NETTO,BRAZ,2009- p.180)

econômico, em um período denominado “milagre brasileiro”.

Em 1996 foi promulgada a Lei das Concessões sob o nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996 estabelecendo novos critérios para a concessão de serviços públicos que a partir daquele momento passa a ser prestado sob o regime de licitações e, também institui a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, que disciplinou o regime de concessões de serviços públicos de energia no país.

É possível perceber que na reestruturação do setor energético brasileiro ao longo de 116 anos (1880 – 1996), o fator financeiro é de suma importância para sua concretização, todavia, outros fatores externos também contribuíram para o seu desenvolvimento ou paralização como os modelos de gestão implantados e as influências do capital internacional que configuraram durante muitos anos como importantes fontes de financiamentos das empresas nacionais, sendo também o motivo de retrações quando em momentos de crises.

1.2 CEMIG: a Concessionária e energia elétrica de Minas Gerais

Minas Gerais é um estado que merece destaque no desenvolvimento do setor elétrico no Brasil. Contribuiu com a estruturação da eletrificação do país a partir da construção das Usinas do município de Turvo em 1885 e a Usina Hidrelétrica de Marmelos em Juiz de Fora em 1889 respectivamente.

Em 22 de maio de 1952, o governador Juscelino Kubitschek criou a Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig que objetivava a construção e exploração direta dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado.

A criação da CEMIG agilizou a concretização de alguns projetos hidrelétricos já em andamento e através do apoio recebido pelo Banco Mundial e pelo BNDE, possibilitou a ampliação de novos projetos. Desse modo, compreendeu a “construção de seis hidrelétricas, nomeadamente, as usinas de Itutinga e Camargos, Salto Grande, Piau, Tronqueiras e Cajuru. As usinas de Itutinga, Piau e Tronqueiras foram inauguradas em 1955” (CEMIG, 2005,p.5).

A década de 1960 foi para o setor elétrico um período de acentuada intervenção estatal, seguida por tendência à centralização das decisões em esfera federal. Neste momento

inicia-se no país uma vasta indústria de equipamentos, criaram-se firmas de engenharia e de consultoria. Surgiram órgãos de pesquisa e laboratórios ligados a instituições públicas e empresas privadas prestadoras de serviços.

Quanto aos trabalhadores houve a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias e, desse modo, ocorreu uma ampliação das buscas por formação nas áreas de engenharia, área de projeto, construção e operação de usinas geradoras.

Nesse cenário de ampliação de desenvolvimento do parque energético brasileiro, a Cemig incorporou a Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG), a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), a Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME) e outras concessionárias constituídas por empresários locais aumentando desse modo a responsabilidade da empresa na área de distribuição.

Os anos de 1970 foram importantes para a afirmação da Cemig como grande empresa geradora de energia. Este mesmo ano a CEMIG incorporou a Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG), responsável pela distribuição de eletricidade de Belo Horizonte. Congregou também os bens e instalações da Companhia Prada da Eletricidade, tornando-se responsável pelo fornecimento de energia aos municípios de Uberlândia, Araguari e Tupaciguara. Nos últimos anos da década de 1980, apesar do contexto econômico a Cemig iniciou a construção da usina de Nova Ponte, no rio Araguari obedecendo às novas diretrizes de legislação ambiental para os empreendimentos do setor elétrico estabelecidas justamente em 1987 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

2. CONTEXTUALIZANDO A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS

Pesquisas registram a presença de assistentes sociais em empresas brasileiras desde a década de 1940, entretanto, reflexões de Amaral e Cesar (2009,p.413), apontam que a partir dos anos de 1970 e, especificamente, durante os anos de 1980, que se percebeu significativa presença de assistentes sociais nas empresas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a conjuntura política, econômica e social brasileira foi propícia para a ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social em organizações empresariais. Isto porque, a classe trabalhadora estava inserida em

um cenário político favorável à participação no movimento operário, que se avançava através de mobilização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e de vida, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos, comissões de fábrica, dentre outras representações, expressando respostas de enfrentamento ao capital.

Com o fortalecimento político da classe trabalhadora, o Estado e os empresários se unem para criar estratégias políticas para responder aos enfrentamentos dos operários. Nesse sentido, surge a necessidade de profissionais especializados para garantir a mediação dos conflitos entre as classes sociais. (LIMA; COSAC, 2005,p.4)

A requisição de assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional não ocorreu por solicitação direta do trabalhador que, naquele momento, lutava para garantir direitos sociais e atender suas necessidades, mas sim pelas instituições empresariais, visando viabilizar o atendimento das demandas apresentadas pelos funcionários como estratégia para o controle da força de trabalho e, também como forma de dar respostas às solicitações dos mesmos.

Em uma pesquisa realizada por Mota (1985,p.18), a autora considera que a contratação de assistente social pelas empresas, confirma a necessidade da classe burguesa em oferecer respostas às reivindicações das(os) trabalhadoras (es), principalmente, em épocas de expansão do capital, que naquele momento, apresentavam novas requisições para a classe trabalhadora, como também, provocam nas organizações empresariais a necessidade de contratação de profissionais habilitados para desenvolver uma atuação de caráter assistencial e educativo junto aos seus empregados e família. Desta forma, os/as assistentes sociais são requisitadas(os) pelas empresas para atender às demandas do capital, mas também da classe trabalhadora.

Corroborando com a autora, Amaral e Cesar (2009) reflete que na realidade, a especificidade da atuação de profissionais de Serviço Social na empresa foi exatamente uma ação para a preservação e reprodução da força de trabalho dos empregados, como também, da necessidade de mediação da relação entre capital e trabalho, resolvendo os conflitos e comportamentos considerados pelos patrões como inadequados e que surgiam dessa relação. Ainda segundo as autoras:

Dessa forma, a empresa conseguia controlar e disciplinar sua força de trabalho aos níveis de produtividade requeridos ao seu processo produtivo, participando ativamente da dinâmica de reprodução social das classes trabalhadoras. Ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição de

assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais, desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores. (AMARAL E CESAR, 2009,p.414).

Naquele contexto, durante as décadas de 1970 e 1980, vale destacar que o Serviço Social brasileiro já buscava um rompimento com as características conservadoras históricas até então presentes no interior da profissão. Tal movimento, conhecido como o Movimento de Reconceituação⁴ se cria e desenvolve, conforme explica Mota, (1985, p.15) a partir da identificação da utilização política- ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com as lutas da classe trabalhadora.

Com o legado do movimento de reconceituação latino-americana da profissão no final da década de 1970, na crise da ditadura, a profissão passou a inserir-se mais criticamente nos movimentos das classes trabalhadoras e nas lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Entretanto, foi no "Congresso da Virada" em 1979, que a profissão entendeu que, para o nível de transformações que o país estava sofrendo e para o amadurecimento profissional, era necessário ir além para que houvesse sustentação de uma formação acadêmica crítica, teórica rigorosa do ideário profissional: era uma tentativa de articulação crítica do conhecimento, da história e da profissão, que passa a compor o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista.

A academia busca então no materialismo histórico⁵ uma base de sustentação da teoria social crítica marxista para esclarecer conceitos como ser social, consciência social, meios de produção, forças produtivas, relações de produção e modos de produção. Além de outros conceitos fundamentais necessários para a compreensão das dimensões como sociedade, formações socioeconômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, a cultura, concepção do homem, a personalidade, progresso social, entre outros.

Nos anos 1980, ocorreram as revisões curriculares destacando a importância da

⁴Movimento de reconceituação ver: Netto, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

⁵Materialismo Histórico ver: Netto. J.P. Introdução ao estudo do método de Marx I José Paulo Netto. - 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2011.

pesquisa na graduação e na pós-graduação e no debate profissional afirmou-se na apreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade, inscrita da divisão sociotécnica do trabalho.

Segundo Netto (2009, p.30) Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.

Diante do cenário renovador da profissão pautando se pela negação do caráter neutro, disciplinador, controlador e beneficentes a que estava vinculado desde a gênese da profissão, a categoria de assistentes sociais utilizam-se como direcionamento as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como uma perspectiva em suas reflexões acerca do exercício diário da profissão. Desse modo, as três dimensões do

Serviço Social - ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico precisam estar articuladas para uma atuação consistente e crítica.

Na dimensão técnico-operativa do Serviço Social, espera-se que o/a profissional aproprie-se de habilidades e técnicas que lhe permitam efetivar seu trabalho junto à população usuária e às instituições contratantes. Sobre a dimensão ético-política, no exercício da profissão a(o) assistente social não pode valer da neutralidade, é necessário que tenha posicionamento político frente às demandas existentes, lutando pela garantia dos direitos sociais, além de se posicionar em favor da classe trabalhadora. Por fim, a dimensão teórico-metodológica permite a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional da (o) assistente social, capacitando-o a enxergar a realidade para além da aparência, da superficialidade, preparando-o para ir além do senso comum.

Os anos de 1990 apresentaram pouca evolução no que se refere à abertura do mercado de trabalho para assistentes sociais em empresas. Ao contrário, foi um período de grandes mudanças na prática profissional em decorrência da nova realidade trazida pelas transformações ocorridas nas empresas a partir da reestruturação produtiva. Segundo Lima (2005), as empresas reestruturaram-se e passaram a exigir profissionais mais qualificados, polivalentes e flexíveis, inclusive as (os) assistentes sociais. Para a autora,

Esse processo de reestruturação produtiva provocou amplo desemprego o que resultou em redução do espaço de atuação do Serviço Social nas empresas. A sociedade brasileira, na década de 1990, apresentou intensas mudanças nos rumos da política econômica, afetando consideravelmente as relações sociais de trabalho.

Surge novo paradigma de produção industrial, a automação flexível, que se apoia na força do processo das inovações tecnológicas tanto quanto em mudanças nas estruturas organizacionais, a partir da implementação de processos de trabalho diferenciados. Essas tendências exigem níveis de maior qualificação para a produção, e, conseqüentemente, de novo perfil de trabalhador que se enquadre nos objetivos da empresa, ou seja, um trabalhador capacitado para a polivalência, a multifuncionalidade e comprometido com a organização. (LIMA, 2005,p.4)

Os campos de atuação da(o) profissional de Serviço Social estão em constantes mudanças. A realidade é dinâmica e para acompanhar toda a construção e reconstrução de novos conhecimentos e demandas faz-se necessária uma formação continuada que possibilite ao profissional um olhar mais crítico sobre o contexto em cena.

Iamamoto (2010,p,19) adverte que pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. Ainda segundo a autora é necessário alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, iluminá-las.

Assim como os demais campos sociocupacionais do Serviço Social, as empresas são espaços de grandes desafios para estes profissionais, uma vez que, agregam em um mesmo espaço infinitas possibilidades de imprimir em seu trabalho as lutas por direitos sociais dos trabalhadores ali presentes conforme os princípios do Código de Ética Profissional e, ao mesmo tempo, são submetidos às inflexões e rebatimentos das contradições que são inerentes à sociedade capitalista (ARAÚJO, 2015,p. 44).

Para compreender o sentido deste espaço ocupacional, buscou em outras áreas de formação o que seria então uma empresa. Infestas Gil (1993 apud LIMA; COSAC, 2005) define empresa enquanto “sistema social aberto com estruturas interdependentes e múltiplos fatores externos que se relacionam ao sistema social global do qual faz parte”. Tal afirmativa é confirmada por Lima e Cosac (2005), pois explicam que

[...] esse sistema social é complexo porque envolve pessoas e suas heterogeneidades culturais, comportamentais, educacionais, étnicas que também se fazem representar por um conjunto de habilidades próprias, capazes de transformações no espaço empresarial, com o objetivo de satisfação de necessidades coletivas e individuais. (LIMA;COSAC, 2005,p.2)

Portanto, explorar este espaço de intervenção, torna-se necessário maior conhecimento dos (as) assistentes sociais, sobre o universo empresarial e sobre as relações profissionais estabelecidas com outras áreas do saber, uma vez que, conforme Iamamoto

(2010), este (a) não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho.

Nos registros realizados por Yamamoto e Carvalho (1983,p. 104), “o Serviço Social é considerado um instrumento auxiliar e subsidiário ,ao lado de outros de mais ampla abrangência na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente”.

Desse modo, tanto o empresariado quanto o Estado buscaram intervir nas ações de enfrentamento da pauperização da classe trabalhadora, orientados por uma perspectiva de desmobilização política das organizações de trabalhadores em prol dos interesses do capital.

Neste contexto de capitalismo monopolista⁶, o Serviço Social assume uma perspectiva educativa objetivando mudanças de hábitos e comportamentos na intenção de adequar os trabalhadores ao novo sistema que passa a exigir um maior controle da vida e do trabalho dos operários.

Nas empresas a atuação profissional do Serviço Social passa a se direcionar para o monitoramento do desempenho e fatores que contribuem para a diminuição ou aumento da produtividade tais como: absenteísmo, dependência química, insubordinação, alcoolismo, dificuldades financeiras, conflitos familiares entre outros. Conforme reflete Araújo (2015,p. 43), ao longo da história, as requisições tradicionais demandadas aos assistentes sociais foram sendo acrescentadas por proposições dos (as) próprios (as) profissionais diante de mudanças ocorridas na realidade social e no processo produtivo.

Entretanto, os profissionais continuam com sua autonomia restrita uma vez que precisam seguir as normas, rotinas e projetos determinados pelas instituições para as quais vendem sua força de trabalho, conforme aponta Guerra (2007).

Em concordância com a reflexão anterior, Mota (1987), reforça que nas empresas, a força da determinação da atuação profissional se sobrepõe aos projetos profissionais, de forma mais contundente do que em outros espaços, consolidando, assim, as mais diversas formas de subordinação.

Do mesmo modo, como a sociedade é moldada por contradições, o Serviço Social também

⁶Conforme aponta Netto (1947, p.19) o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

se encontra numa posição contraditória ao realizar suas mediações ora atendendo as demandas do empregador, ora respondendo às demandas apresentadas pelos trabalhadores.

Portanto, é possível encontrar profissionais do Serviço Social inseridos em equipes multiprofissionais, presentes em diversos setores das empresas como, recursos humanos, Benefícios Sociais, planos de saúde, segurança, meio ambiente, Comissão de Ética, ouvidoria e setores relacionados a pesquisas de satisfação e monitoramento de Sistema de Gestão.

3 A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DA CEMIG

A criação do Serviço Social na CEMIG teve seu início na década de 1960 em um período que a empresa ampliava seu leque de atividades passando a operar de forma integrada nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Naquele momento histórico o país vivia uma extensa expansão industrial e tinha o SESI⁷ como um instrumento de organização do empresariado com o objetivo de igualar o direcionamento empresarial frente às definições políticas e econômicas postuladas pelo capital internacional.

A CEMIG exercia suas atividades em todo o estado de Minas Gerais, contendo escritórios em Belo Horizonte e nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (DF).

As relações sociais advindas desse processo de desenvolvimento das forças produtivas, a complexidade e o ritmo dos novos processos de trabalho apresentaram novas demandas para as empresas, incluindo a inserção em suas atividades internas, a intervenção de profissionais capazes de realizar ações de cunho assistencial e educativo frente à “questão social⁸”, consequência dessa aceleração produtiva.

⁷SESI- O Serviço Social da Indústria (SESI), é oficializado em 1946, por intermédio do mecanismo de Decreto-Lei nº 9403 de 25 de junho de 1946 durante o governo de Gaspar Dutra ainda vigente, durante o período de elaboração da nova Constituição. (IAMAMOTO, 2007 p.268)

⁸Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2007 p.77)

A primeira equipe técnica a prestar serviços sociais à Cemig foi formada por assistentes sociais, vinculadas ao SESI Minas. Após as mudanças ocorridas com a implantação da empresa holding e suas as novas configurações do setor elétrico brasileiro, uma das integrantes da equipe migrou-se da CEMIG para o Rio de Janeiro para implantar o Serviço Social da Eletros, quando criou-se a Fundação de Seguridade Social da Eletrobrás.

Em Belo Horizonte, a Companhia Força e Luz criou em 27 de dezembro de 1971 uma Fundação de Seguridade de Fundos de Pensão, a Forluz:

“Uma Fundação de seguridade que, além dos outros benefícios assistenciais, pudesse suplementar aos empregados e diretores as prestações a que fazem jus como segurados do INPS, de modo a terem garantidos, ao se aposentarem, quer por tempo de serviço, por velhice ou por invalidez, os salários e honorários que percebiam enquanto em serviço” (LAGES;CARMO,2013,p. 27).

Em Assembleia Geral Extraordinária, a empresa CEMIG propôs aos seus acionistas a aquisição das ações da Cia. Força e Luz de Minas Gerais, empresa da Eletrobrás, justificando -se ser esta uma oportunidade de expansão das áreas de abrangência.

Importante registrar que os empregados da Cemig possuíam uma associação fundada em 31 de dezembro de 1959, a Abecê - Associação Beneficente dos Empregados da Cemig com o objetivo de “prestar assistência social, desenvolver o mutualismo, promover o bem-estar dos empregados da Cemig e assistir, quando possível e conveniente, a terceiros residentes nas áreas servidas pela Associada Protetora”. (LAGES;CARMO,2013,p. 30). Realizada a incorporação da empresa Cia. Força e Luz de Minas Gerais, as ações da Abecê foram mantidas pela Forluz, fundação de seguridade como por exemplo empréstimos para os mais diversos fins, auxílio financeiro para tratamento médico, internações hospitalares e congêneres e financiamento para a compra de eletrodomésticos e outros bens.

A inclusão da empresa Cia Força e Luz de Minas Gerais à CEMIG, ocorrida em junho de 1973, trouxe para a equipe de Assistentes Sociais da CEMIG outras duas profissionais que integravam a equipe da CFLMG.

O Serviço Social da CEMIG tinha como principais frentes de atuação o Atendimento Individual, direcionado para as demandas dos (as) empregados (as),bem como de suas famílias. A mediação entre as relações de trabalho, relações familiares, emergências de saúde, internações, acidentes de trânsito e no trabalho, acidentes domésticos, desequilíbrios financeiros, obtenção de recursos e benefícios sociais junto às Instituições

como benefícios concedidos pela empresa através de seus planos assistenciais, visitas hospitalares e domiciliares.

A conjuntura em que se desenvolveram os primeiros anos do Serviço Social na CEMIG apresentava uma realidade da profissão cuja direção remontava a três tendências “a modernização conservadora de orientação tecnicista e funcionalista, de manutenção do *status quo*; a desenvolvimentista e reformista dos anos 1950 e 1960; e a vertente da renovação da profissão. (ABRAMIDES, 2016,p.458)

Conforme explica Netto,(1991, p.137) embora aquele momento de ditadura militar reforçasse o Serviço Social tradicional, sua dinâmica direcionou o processo de desgaste do mesmo.

As mudanças decorrentes desse período histórico de renovação da profissão trouxeram novos desafios para as Assistentes Sociais com o Movimento de Reconceituação na América Latina, estabelecendo uma crítica ao Serviço Social tradicional e propondo novo projeto de formação profissional.

Com a incidência do Movimento de Reconceituação no Brasil iniciado no projeto pioneiro da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, ou seja, o método BH, entre os anos de 1972 e 1975, a categoria passa a utilizar - se da teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético para compreender o significado social da profissão e compreender as contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, visando uma nova sociabilidade humana. Por outro lado, haviam as exigências por parte das empresas.

Apesar dos avanços pós-debates objetivando uma mudança da profissão, as Assistentes Sociais vivenciavam a alteração do Código de Ética profissional que, apesar de conter traços da renovação, inseriu valores considerados liberais, pois, mantinham suas bases pautadas no neotomismo e funcionalismo.

“O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar conta e seguir as diretrizes emanar de seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega”. No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem destinam a sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tende-se em vista o princípio de autodeterminação. O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social e justa. (BARROCO; TERRA, 2012, p.45).

No Serviço Social da CEMIG as jornadas eram em regime de escalas de plantão de 24 horas e as profissionais atuavam do mesmo modo que os demais trabalhadores como os operadores das redes, subestações e linhas de transmissão.

Outro desafio apresentado pelas entrevistadas foi a adaptação à descentralização das regionais, pois as cidades polo ficavam longe da capital mineira onde localizava a sede da empresa. Desse modo, as profissionais permaneciam distantes de suas gerências diretas.

As frentes de trabalho eram direcionadas as demandas dos trabalhadores e suas famílias, bem como para comunidades atingidas diretamente pelos empreendimentos da empresa.

Conduziam também a gestão dos Programas e Benefícios da empresa como Creche; Programa de Reabilitação Profissional junto ao (a) trabalhador (a) afastado pelo INSS, Prevenção de LER, Casais Grávidos, e demais programas emanados de debates discutidos no meio sindical.

Utilizavam-se de outras técnicas como as visitas domiciliares, hospitalares, visitas á trabalhadores em privação de liberdade, identificação de corpos junto ao Instituto Medico Legal – IML, visitas e acompanhamento das condições de moradia dos trabalhadores que viviam em alojamentos, organização de grupos para debater assuntos relacionados à saúde, recurso financeiro e clima organizacional entre os trabalhadores e gestores.

Frente às comunidades, o Serviço Social da CEMIG direcionava seu trabalho às populações atingidas pela construção das Barragens ou das Linhas de Transmissão na tentativa de compreender e mitigar parte dos prejuízos causados pelo desenvolvimento industrial como a desruralização de agriculturas familiares, perda de culturas locais entre outros.

Com a inserção do setor de Serviço Social ao Setor de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, a equipe de Assistentes Sociais passou a direcionar seu trabalho, para além dos que já realizavam, para a segurança, prevenção de acidentes e de adoecimento, pois estes impactavam diretamente na empresa.

Este trabalho envolveu uma atuação multiprofissional junto à profissionais médicos (as), enfermeiros(as), engenheiros(as) de segurança, técnicos(as) de segurança e técnicos (as) enfermagem que através das Comissões Internas de Prevenção à Acidentes – CIPAS e suas Semanas Internas de Prevenção a Acidentes de Trabalho - SIPAT, realizavam palestras e momentos de reflexões sobre segurança, saúde e qualidade de vida.

Sobre a premissa de formação continuada, a equipe desenvolvia seu processo de estudo e

pesquisa por conta própria, pois, apesar da importância do aprimoramento profissional que desse conta de abarcar tantas mudanças ocorridas no cenário produtivo, e no país, não havia tal aporte da empresa.

Do ponto de vista da gestão participativa, as Assistentes Sociais primavam por socializar seus projetos e Ata de reuniões para a Instituição e quem dela fizesse parte, para que tomassem conhecimento sobre a importância do setor de Serviço Social dentro da cadeia produtiva.

Considera-se então que todo o trabalho realizado pelas Assistentes Sociais da CEMIG foi fruto de um compromisso, antes de tudo com a profissão e com a classe trabalhadora.

As décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 apresentaram conjunturas muito adversa e desafiadora para a categoria e, por este motivo, há uma importância impar em se “vasculhar” os acervos do Serviço Social nas Empresas; investigar a realidade do profissional do campo, aquele que detém o saber empírico; produzir conhecimentos sobre este espaço sociocupacional pois há muito ainda a se dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada teve como objetivo principal compreender o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais na empresa Companhia Energética de Minas Gerais S/A – CEMIG.

Conhecer as transformações ocorridas no setor industrial e, mais precisamente, ao setor energético do país explicita que a CEMIG não foge à lógica capitalista, sendo esse um dos motivos para a presença de assistentes sociais em seus quadros de profissionais, uma vez que, são chamados (as) a dar respostas às expressões da questão social originadas pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho.

Conhecer o espaço sociocupacional empresarial, se faz necessário visando contribuir com a produção do conhecimento, com a formação profissional e também com o fortalecimento das (os) assistentes sociais atuantes nas empresas.

Importante registrar que as profissionais aposentadas que cederam entrevistas, são assistentes sociais que estiveram presentes em momentos emblemáticos e desafiadores para a categoria em todo o país como foi no período de Ditadura Militar em que muitas (os)

profissionais do Serviço social foram preseguidas (os).

Todavia, essas profissionais tiveram uma importância ímpar na contribuição para a renovação da profissão de Serviço Social, haja vista que com todos os desafios colocados pelo contexto histórico, com as relações de trabalho estabelecidas, elas realizavam suas intervenções de maneira crítica e reflexiva corroborando com o fortalecimento do Movimento de Reconceituação da profissão no país.

Diante do exposto, registra-se que as reflexões realizadas aqui estão longe para esgotar a temática. Espera-se que este trabalho possa servir de inspiração para a realização de novos estudos e de descobertas de novas histórias pioneiras do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Revista Serviço Social e Sociedade nº 127. São Paulo: Cortez, 2016.

AMARAL. A.; CESAR. M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

ARAÚJO, F.C. O serviço social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional. In: O serviço social em empresas para além de críticas: espaços de enfrentamento e atuação profissional. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

BARROCO, M.L.S.; TERRA, S.H. Código de Ética do(a) Assistente Social comentado; Conselho Federal Serviço Social (Organizaor).- São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 3.890-A , de 25 de abril de 1961- Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3890acons.htm. Acesso em 01fev.2022.

GUERRA, Y. O projeto profissional: estratégias de enfrentamentos das condições contemporâneas da prática profissional. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 91, p. 5-33, 2007.

GOMES, Antonio Claret Silva et al. O setor elétrico apud: SÃO PAULO, Elizabeth Maria De; KALACHE FILHO, Jorge (Org.). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais. Rio de Janeiro : Dba , 2002. Sv.p.[1-280]. Disponível em <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13975>. Acesso em 20out.2021.

GOMES. J.P. P; VIEIRA. M. F.O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002-
Revista de Administração Pública RAP -Rio de Janeiro 43(2): 295-321
-mar./abr.2009.Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6689> - Acesso em
11nov.2021.

IAMAMOTO, M.V. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação
profissional. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INFESTAS G, A. Sociologia de la empresa. 2. Ed, Salamanca: Amarú, 1993.

LAGE,P.R.A; CARMO,S.R. Forluz – 40 anos - Belo Horizonte: Palco Editora, 2013.

LIMA, M.J.; COSAC, M.D. Serviço Social na Empresa. Revista Katalysis v.8 n2.
Florianópolis SC, p.235-246. 2005.

MOTA, Ana Elisabete. O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa.

NETTO,J.P. Capitalismo monopilista e serviço social. São Paulo: Cortez,1991

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e
Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO,J.P.; BRAZ,M. Economia política: uma introdução crítica.5.ed.-São Paulo:
Cortez,2009.- (Biblioteca básica de serviço social; v.1)

NETTO. J.P. Introdução ao estudo do método de Marx I José Paulo Netto. - 1.ed.- Sao
Paulo : Expressao Popular, 2011.

PEREIRA,R.B. O Setor Elétrico Brasileiro no período de 1930 a 1964 e o
Desenvolvimentismo. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências
Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2006. Disponível em
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121956>. Acesso em 05 jan.2022.

TAVARES, M.A. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CFESS/ABEPSS
(Orgs.). Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

,